

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 30/XIII/ 2.^a SL

Aos 8 dias do mês de fevereiro de 2017, pelas 10 horas e 15 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. **Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
2. **Distribuição de iniciativas europeias;**
3. **Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas legislativas:**
 - **Projeto de Lei n.º 327/XIII/2.^a (BE) - Procede à primeira alteração ao Regime Geral do Processo Tutelar Cível (aprovado pela lei n.º 141/2015, de 8 de setembro e à segunda alteração à lei n.º 75/98, de 19 de novembro);**
 - **Projeto de Lei n.º 345/XIII/2.^a (PS) - Promove a regulação urgente das responsabilidades parentais e a atribuição de alimentos em situações de violência doméstica e de aplicação de medidas de coação ou de pena acessória que impliquem afastamento entre progenitores;**
 - **Projeto de Lei n.º 350/XIII/2.^a (PCP) - Altera a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo alargando o período de proteção até aos 25 anos (Terceira alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, alterada pelas Leis n.º 142/2015, de 8 de setembro e n.º 31/2003, de 22 de agosto);**
 - **Projeto de Lei n.º 353/XIII/2.^a (PAN) - Afirma a necessidade de regulação urgente das responsabilidades parentais em situações de violência doméstica;**
4. **Apreciação e votação dos requerimentos apresentados pelos Grupos Parlamentares do BE, do PSD e do PCP para audição dos Sindicatos e Associações Sindicais do pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública, no âmbito da discussão na especialidade da Proposta de Lei n.º 46/XIII/2.^a (GOV) - "Altera o exercício da liberdade sindical e os direitos de negociação coletiva e de participação do pessoal da Polícia de Segurança Pública com funções policiais" e da Proposta de Lei n.º 47/XIII/2.^a (GOV) - "Aprova o Estatuto Disciplinar da Polícia de Segurança Pública";**
5. **Nomeação de relator para a Petição n.º 250/XIII/2.^a - Toda a vida tem dignidade;**
6. **Apreciação e votação de relatórios finais de petições, designadamente de todas aquelas cujo prazo de apreciação se encontra ultrapassado;**
7. **Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;**
8. **Outros assuntos.**

11:30 Horas

Audição da Unidade Nacional de Combate à Corrupção da Polícia Judiciária, no âmbito da apreciação na especialidade dos Projetos de Lei n.ºs 348/XIII/2.^a (PS), 355/XIII/2.^a (PSD), 365/XIII/2.^a (CDS-PP) - responsabilidade penal por condutas antidesportivas. [conjunta com o Grupo de Trabalho - Responsabilidade Penal por Condutas Antidesportivas]

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos, procedeu-se à comunicação e distribuição das seguintes iniciativas legislativas:

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 30/XIII/ 2.ª SL

| N.º AUTOR | ASSUNTO | NOMEAÇÃO RELATOR |
|---------------------------------------|--|--|
| Proposta de Lei n.º 53/XIII/2.ª (GOV) | Revê o regime sancionatório do direito dos valores mobiliários, transpõe a Diretiva n.º 2014/57/UE e a Diretiva de Execução (UE) n.º 2015/2392, e adapta o direito português ao Regulamento (UE) n.º 596/2014. | Competente a 5.ª Comissão (COFMA), em conexão com a CACDLG |
| Proposta de Lei n.º 54/XIII/2.ª (GOV) | Facilita o reconhecimento das qualificações profissionais e diminui constrangimentos à livre circulação de pessoas, e transpõe a Diretiva n.º 2013/55/UE. | Competente a 10.ª Comissão (CTSS), em conexão com a CACDLG |
| Proposta de Lei n.º 58/XIII/2.ª (GOV) | Estabelece os princípios e as regras do intercâmbio transfronteiriço de informações relacionadas com a prática de infrações rodoviárias num Estado-Membro, e transpõe a Diretiva 2015/413/UE. | Deputado António Gameiro (PS) |
| Proposta de Lei n.º 59/XIII/2.ª (GOV) | Adapta ao ordenamento jurídico interno as obrigações decorrentes da Decisão 2008/615/JAI, e da Decisão 2008/616/JAI que a executa, em sede de transmissão de dados do registo de veículos para efeitos de deteção e investigação de infrações de natureza penal. | Deputado Fernando Negrão (PSD) |

Em seguida, foi deliberado não escrutinar a seguinte iniciativa europeia: Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho relativo à revisão conjunta da aplicação do Acordo entre a União Europeia e os Estados Unidos da América sobre o tratamento e a transferência dos registos de identificação dos passageiros para o Departamento da Segurança Interna dos Estados Unidos ([COM\(2017\)29](#)).

No terceiro ponto da ordem de trabalhos, procedeu-se ao adiamento, para a reunião seguinte, da discussão e votação na especialidade dos projetos de lei n.ºs [327/XIII/2.ª \(BE\)](#) - Procede à primeira alteração ao Regime Geral do Processo Tutelar Cível (aprovado pela lei n.º 141/2015, de 8 de setembro e à segunda alteração à lei n.º 75/98, de 19 de novembro); [345/XIII/2.ª \(PS\)](#) - Promove a regulação urgente das responsabilidades parentais e a atribuição de alimentos em situações de violência doméstica e de aplicação de medidas de coação ou de pena acessória que impliquem afastamento entre progenitores; [353/XIII/2.ª \(PAN\)](#) - Afirma a necessidade de regulação urgente das responsabilidades parentais em situações de violência doméstica; e [350/XIII/2.ª \(PCP\)](#) - Altera a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo alargando o período de proteção até aos 25 anos (Terceira alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, alterada pelas



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 30/XIII/ 2.ª SL

Leis n.º 142/2015, de 8 de setembro e n.º 31/2003, de 22 de agosto), com fundamento na falta de pareceres solicitados à Ordem dos Advogados sobre a matéria.

Seguiu-se a apreciação dos requerimentos apresentados, separadamente, pelos Grupos Parlamentares do BE, do PSD e do PCP para a audição de um conjunto de entidades, designadamente dos sindicatos e associações sindicais do pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública (PSP), no âmbito da discussão das propostas de lei n.ºs [46/XIII/2.ª \(GOV\)](#) - Altera o exercício da liberdade sindical e os direitos de negociação coletiva e de participação do pessoal da Polícia de Segurança Pública com funções policiais - e [47/XIII/2.ª \(GOV\)](#) - Aprova o Estatuto Disciplinar da Polícia de Segurança Pública. Usaram da palavra a Senhora Deputada Sandra Cunha (BE) e os Senhores Deputados Carlos Abreu Amorim (PSD) e António Filipe (PCP), para fundamentar a apresentação dos requerimentos dos respetivos Grupos Parlamentares, tendo todos sublinhado a necessidade de a Comissão proceder à audição conjunta presencial dos 14 sindicatos elencados no requerimento do PSD e manifestado a sua concordância quanto à realização de uma audição única conjunta, por ser a metodologia mais adequada.

Intervieram no debate a Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP) e o Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS), tendo este sugerido que, além de convocar as associações sindicais para a audição conjunta, deveria a Comissão convidá-los a uma pronúncia escrita sobre as iniciativas objeto de discussão, proposta que mereceu o acolhimento de todos os presentes. O Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD) informou que o Grupo Parlamentar do PSD retirava da lista de entidades a ouvir a Direção Nacional da PSP e a Ministra da Administração Interna, mantendo apenas os sindicatos e as associações sindicais.

No final, submetidos a votação, os requerimentos do BE, do PSD e do PCP foram aprovados por unanimidade, na ausência do PEV.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 30/XIII/ 2.ª SL

No ponto seguinte da ordem do dia, foi nomeada relatora da [Petição n.º 250/XIII/2.ª](#) - «Toda a vida tem dignidade», a Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP), que sugeriu, à semelhança do que sucedera com a Petição n.º 103/XIII/1.ª - «Solicitam a despenalização da morte assistida», a constituição de um grupo de trabalho de apoio à elaboração do relatório final, incluindo representantes de todos os grupos parlamentares e o Deputado único representante do PAN, proposta que foi aprovada por unanimidade, na ausência do PEV. Para integrarem o Grupo de Trabalho, os Grupos Parlamentares presentes indicaram as Senhoras e os Senhores Deputados Isabel Alves Moreira e Maria Antónia de Almeida Santos (PS), José Manuel Pureza (BE), Isabel Galriça Neto (CDS-PP), António Filipe e Carla Cruz (PCP), tendo o Grupo Parlamentar do PSD ficado de indicar os seus representantes até ao final desse mesmo dia.

A propósito do sexto ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente fez um apelo aos Senhores Deputados para procederem à apresentação dos relatórios finais das petições pendentes na Comissão cujos prazos já se encontravam ultrapassados.

Não havendo lugar à apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética, passou-se para o oitavo ponto da ordem do dia, reservado a outros assuntos, tendo o Senhor Deputado Luís Marques Guedes (PSD), na qualidade de coordenador do Grupo de Trabalho – Responsabilidade Penal por Condutas Antidesportivas, colocado à consideração da Comissão o pedido de audiência da Associação Académica de Coimbra no âmbito dos trabalhos do Grupo de Trabalho.

No debate que se seguiu, usaram da palavra as Senhoras e os Senhores Deputados José Silvano (PS), António Filipe (PCP), Fernando Anastácio (PS), Vânia Dias da Silva (CDS-PP) e José Manuel Pureza (BE), tendo o Grupo Parlamentar do PSD se manifestado contra a realização da audiência solicitada, posição que mereceu a concordância do Grupo Parlamentar do PCP, que declarou que se iria abster na votação, mas também que deveriam ser dadas como concluídas as audições a realizar pelo Grupo de Trabalho. Já os Grupos Parlamentares do PS, do BE e do CDS-PP

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 30/XIII/ 2.^a SL

disseram concordar com a realização da audiência solicitada pela Associação Académica de Coimbra.

No final, submetido a votação, o pedido de audiência foi aprovado, com votos a favor do PS, do BE e do CDS-PP, votos contra do PSD e a abstenção do PCP.

Em seguida, foi aprovada por unanimidade, na ausência do PEV, o fecho das audições a realizar pelo Grupo de Trabalho, após aquela que acabara de ser aprovada.

Após uma curta interrupção, teve início a audição da Unidade de Combate à Corrupção da Polícia Judiciária, no âmbito da apreciação na especialidade dos Projetos de Lei n.ºs [348/XIII/2.^a \(PS\)](#), [355/XIII/2.^a \(PSD\)](#), [365/XIII/2.^a \(CDS-PP\)](#) - responsabilidade penal por condutas antidesportivas. [conjunta com o Grupo de Trabalho - Responsabilidade Penal por Condutas Antidesportivas] Em representação da Unidade de Combate à Corrupção da Polícia Judiciária estiveram presentes a Senhora Diretora, Saudade Nunes, e o Coordenador da Polícia Judiciária, Pedro Fonseca.

O Senhor Vice-Presidente, Deputado José Silvano, deu a palavra à Senhora Diretora da Unidade de Combate à Corrupção da Polícia Judiciária, a qual expôs a posição daquela Unidade quanto aos projetos de lei apresentados, tendo a referida exposição sido complementada pela intervenção do Senhor Dr. Pedro Fonseca.

Seguiu-se uma ronda de perguntas das Senhoras e dos Senhores Deputados Luís Marques Guedes (PSD), Fernando Anastácio (PS), João Castro (PS), José Manuel Pureza (BE), Vânia Dias da Silva (CDS-PP) e António Filipe (PCP), as quais foram respondidas conjuntamente pela Senhora Diretora da Unidade de Combate à Corrupção da Polícia Judiciária e pelo Senhor Coordenador da Polícia Judiciária, tendo o Senhor Vice-Presidente, no final, agradecido a presença e os contributos dados.

A audição foi gravada em [vídeo](#) e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 30/XIII/ 2.ª SL

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13 horas e 15 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 8 de fevereiro de 2017

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Bacelar de Vasconcelos)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 30/XIII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe
Bacelar de Vasconcelos
Carlos Abreu Amorim
Carlos Peixoto
Fernando Anastácio
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Isabel Alves Moreira
José Luís Ferreira
José Manuel Pureza
José Silvano
Luís Marques Guedes
Sandra Cunha
Sara Madruga da Costa
Telmo Correia
Teresa Moraes
Vânia Dias da Silva
Jorge Lação

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes
Andreia Neto
Jamila Madeira
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Delgado Alves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro
Elza Pais